

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO  
IPREVI – 30/11/2020.

108

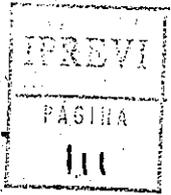
Na data de trinta de novembro de dois mil e vinte, às onze horas, deu-se início a 5ª (quinta) Reunião Extraordinária deste Conselho Fiscal, realizada via aplicativo de chamada de vídeo, convocados através da Carta/CF/013/2020 em atendimento aos dispostos normativos e legais. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Anderson Antônio Rocha da Silva, Andrea da Silva Lima, Dalva Pinheiro de Lima, Jesuel Ferreira de Sá, Rosemary Pereira Gonçalves e Juliana de Melo Rosa, responsável pela edição das atas dos órgãos colegiados; bem como o Sr. Thiago Norte Natario, a Sra. Samantha Zanquelli e o Sr. Luis Arnaud, consultores da empresa Crédito & Mercado. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos – Mês: Outubro/2020; b) Apresentação do Demonstrativo dos recursos aplicados pelo IPREVI – Competência: Outubro/2020; c) Relatório Simplificado de Gestão Outubro/2020; d) Balancete do mês de Outubro/2020; e) Relatórios do Setor de Benefícios: Benefícios Concedidos, Quantitativos FOPAG, Processos Abertos, Recadastramentos e Compensação Previdenciária; f) Relatórios de Acompanhamento dos Acordos de Parcelamento e do Plano de Amortização do Déficit Atuarial; g) Relatório de Contribuições Previdenciárias; h) Aprovação do Relatório de Gestão Atuarial; i) Alterações no Manual de Credenciamento de Instituições Financeiras; j) Apresentação do Relatório de Diligência e Acompanhamento Sistemático; k) Apresentação do Estudo de Solvência e de Gestão de Ativos e Passivos (ALM); l) Aprovação do Plano de Ação Anual; m) Apresentação do Relatório de Ouvidoria. A Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, especialmente dos consultores da Crédito & Mercado, Sr. Thiago Norte Natario e Sra. Samanta Zanquelli, que procederiam a apresentação do Estudo ALM, bem como do Relatório de Diligência do mês de outubro de 2020 que já haviam sido apreciados pelo Comitê de Investimentos e Conselho Deliberativo. Dessa maneira, passou a palavra aos consultores para que procedessem com a apresentação dos temas que foram aprovados aos presentes. Após a

apresentação dos relatórios e aprovação pelos membros, a Diretora Presidente se despediu dos consultores que deixaram a chamada de vídeo. Logo depois de apresentar a perspectiva do cenário econômico por meio do relatório "Nossa Visão, a Diretora Presidente ilustrou, através do Demonstrativo dos Recursos aplicados pelo IPREVI em Outubro/2020, que a Autarquia teve uma rentabilidade negativa de R\$ 2.635.591,87 (dois milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos) no acumulado, fechando a competência com um valor global de R\$ 139.845.805,15 (cento e trinta e nove milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e quinze centavos). Ao apresentar o Relatório Mensal da Empresa Crédito e Mercado Consultoria em Investimentos, mês de Outubro, demonstrou-se que no fechamento de Outubro a rentabilidade da carteira do Instituto foi de -0,68% (menos zero vírgula sessenta e oito por cento) frente uma Meta Atuarial para o mesmo período de 1,34% (um vírgula trinta e quatro por cento), representando assim um atingimento acumulado de 7,18% (sete vírgula dezoito por cento) da Meta Atuarial. Especificamente às movimentações financeiras, as alocações de renda fixa foram de 4,91% (quatro vírgula noventa e um por centos) em curto prazo, 25,75% (vinte e cinco vírgula setenta e cinco por cento) em médio prazo, 14,02% (quatorze vírgula zero dois por cento) em longo prazo, 26,20% (vinte e seis vírgula vinte por cento) em gestão duration. Dentre essas alocações, tivemos rentabilidade de R\$ 56.500,76 (cinquenta e seis mil, quinhentos reais e setenta e seis centavos) em renda fixa. Quanto à renda variável, as alocações ficaram como segue: 19,47% (dezenove vírgula quarenta e sete por cento) em ações livres, 7,56% (sete vírgula cinquenta e seis por cento) em multimercado, 2,08% (dois vírgula zero oito por cento) em fundo imobiliário. Totalizou-se em renda fixa uma rentabilidade negativa de R\$ 1.018.506,10 (um milhão, cento e dezoito mil, quinhentos e seis reais e dez centavos). No tocante aos fundos de curto prazo da Taxa de Administração, todos apresentaram rentabilidade positiva de 0,30% (zero vírgula trinta por cento), totalizando rendimento de R\$ 5.118,24 (cinco mil, cento e dezoito reais e vinte e quatro centavos). Quanto aos recursos financeiros, 70,52% (setenta vírgula cinquenta e dois por cento) se encontram alocados em fundos de renda fixa, 28,97% (vinte e oito vírgula noventa e sete por cento) em fundos de renda variável e 0,51% (zero vírgula cinquenta e sete

*[Handwritten signature]*

por cento) err DAV, totalizando R\$ 143.772.969,38 (cento e quarenta e três milhões, setecentos e setenta e dois mil, novecentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos). Dentre as instituições financeiras, os recursos se encontram principalmente na Caixa Econômica Federal, 41,44% (quarenta e um vírgula quarenta e quatro por cento), Banco do Brasil, 18,09% (dezoito vírgula zero nove por cento), e Banco Itaú, 13,50% (treze vírgula cinquenta por cento). Fechando a questão de alocações de recursos, prosseguiu-se para os relatórios do setor de benefícios, assim foi demonstrado o Relatório de Evolução dos Benefícios Concedidos e Quadro de Pessoal, no qual verifica-se que a Autarquia encerrou o mês de Outubro de 2020 com 255 aposentadorias, 107 pensões por morte, 11 servidores concursados e 3 servidoras designadas para Diretoria. Em seguida, foi apresentado o Relatório de Quantitativos da Folha de Pagamento, Processos Abertos, Recadastramento e Pensão por Morte e Aposentadoria referentes ao exercício de 2020 até o mês de outubro. Quanto aos processos abertos durante a competência, foram abertos: dois de aposentadoria, um de certidão de tempo de contribuição e dezessete administrativos, totalizando a abertura de vinte processos durante o mês. No tocante aos recadastramentos, foram recadastrados trinta e nove servidores, ficando pendente um recadastramento, nesse sentido, a Diretora Presidente informou que a servidora já foi notificada mediante distintos meios de convocação e teve seu benefício suspenso. Prosseguiu-se então para o Relatório Simplificado de Gestão Outubro/2020, com as seguintes informações: Aposentadoria: 255; Pensão por Morte: 107. Benefícios custeados pelo IPREVI: Aposentadoria – Valor: R\$ 339.480,71 (trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e um centavos); Pensão por Morte – Valor: R\$ 106.233,07 (cento e seis mil, duzentos e trinta e três reais e sete centavos). Total de Benefícios Pagos pelo IPREVI: R\$ 445.713,78 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e treze reais e setenta e oito centavos). Por parte da PMI foi pago: Aposentadoria – Valor: R\$ 48.241,90 (quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa centavos). Pensão por Morte – Valor: R\$ 32.179,42 (trinta e dois mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos). Total de Benefícios Pagos pela PMI: R\$ 80.421,32 (oitenta mil, quatrocentos e vinte um reais e trinta e dois centavos). Total Geral: R\$ 526.135,10 (quinhentos e vinte e seis mil, cento e

IPREVI  
110



trinta e cinco reais e dez centavos) e 362 beneficiários. A pauta posterior foi a apresentação do relatório de contribuições previdenciárias relativas à competência de setembro, foi informado aos conselheiros que o valor devido de R\$ 573.315,16 (quinhentos e setenta e três mil, trezentos e quinze reais e dezesseis centavos) apresentado na 8ª Reunião foi diminuído, com repasses posteriores a data da reunião, ficando apurado um valor devido de R\$ 35.456,68 (trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos). No tocante às contribuições previdenciárias da competência de outubro, foi apurado um valor devido aos cofres da instituição pelas entidades patrocinadoras de R\$ 1.095.295,19 (um milhão, noventa e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e dezoito centavos) do qual foi repassado um total de R\$ 543.788,41 (quinhentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos), havendo, portanto, uma diferença de R\$ 551.506,78 (quinhentos e cinquenta e um mil, quinhentos e seis reais e setenta e oito centavos) que ainda não foram remetidos à Instituição. Logo em seguida, fez a demonstração do Relatório de Compensação Previdenciária que apresentou que até setembro foram pagos ao Regime de Origem, o valor de R\$ 6.029,45 (seis mil, vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos). No tocante ao Regime Instituidor, foi arrecadado pelo Instituto o valor de R\$ 403.449,51 (quatrocentos e três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos). Não houveram mudanças quanto ao fluxo bloqueado ou dos valores em atraso em relação a última apresentação ao conselho. Especificamente ao mês de outubro, o valor do regime de origem foi fechado em R\$ 1.977,60 (um mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), no entanto, recebemos pelo Regime de Origem, uma restituição de R\$ 199,90 (cento e noventa e nove reais e noventa centavos) de cobrança indevida post mortem como já informado ao conselho. Quanto ao regime instituidor, recebemos R\$ 71.224,59 (setenta e um mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e nove centavos). Até o momento, a Autarquia paga ao Regime de Origem o valor referente a cinco compensações, recebe como regime instituidor o valor de quinze compensações, tendo sido aprovados durante o exercício quinze requerimentos, enquanto cinco foram indeferidos, nesse sentido, oito requerimentos ainda aguardam análise. Em seguida, foi abordado o andamento dos pagamentos por parte do ente federativo relativos

aos Acordos de Parcelamento e do Plano de Amortização do Déficit Atuarial firmados, existindo ainda um saldo a pagar de R\$ 22.062.664,93 (vinte e dois milhões, sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos) face ao valor consolidado total de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos) dos acordos 1961/2017, 1962/2017, 1963/2017, 1964/2017 e 080/2018, tendo sido adimplido, portanto, R\$ 6.811.577,02 (seis milhões, oitocentos e onze mil, quinhentos e setenta e sete reais e dois centavos) dos acordos firmados. Quanto ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial, há o valor a pagar de R\$ 52.364.539,87 (cinquenta e dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e sete centavos) face ao valor consolidado de R\$ 61.228.650,77 (sessenta e um milhões, duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos), tendo sido adimplido, portanto, o montante de R\$ 8.864.110,90 (oito milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, cento e dez reais e noventa centavos). Quanto às parcelas em atraso e atualização de valores conformes índices estabelecidos dos Acordos de Parcelamentos e Plano de Amortização, permanecem sem pagamentos os valores já informados aos conselheiros em reuniões anteriores apesar de ofícios mensais remetidos pela instituição. Prosseguindo com a reunião, a Diretora Presidente exibiu o Balancete do mês de Outubro/2020 que foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.2, II, b) da Lei nº 863/2017. A Diretora Presidente apresentou ainda o novo relatório de Gestão Atuarial com os dados da Avaliação Atuarial de 2020 – data base 2019 –, alterado conforme as informações atualizadas nessa última. Em seguida, a Diretora Presidente apresentou o Plano de Ação Anual de 2020, dando um parecer sobre o desenvolvimento das ações, sendo devidamente aprovado pelos presentes. Após expôs o relatório de ouvidoria, para conhecimento dos conselheiros acerca dos chamados feitos à Autarquia. Posteriormente, foram discutidas as alterações propostas ao Manual de Credenciamento e ao Manual de Concessão de Benefícios Previdenciários, a Diretora Presidente explicou que as mesmas foram sugeridas pelos executores do processo, em vista da percepção dos mesmos ao aplicar o conteúdo à prática, que existiam procedimentos que poderiam ser otimizados. Após sua fala e exposição, as

mudanças foram aceitas e a edição número dois e três dos Manuais de Credenciamento e Concessão de Benefícios Previdenciários, respectivamente, foram aprovadas. Ocorrendo a aprovação desses últimos, todos os conselheiros titulares deste Conselho Fiscal manifestaram-se favoravelmente pela conformidade do parecer da 5ª Reunião Extraordinária. Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Alessandra Arantes Marques deu por encerrada a reunião.

IPREVI  
PÁGINA  
113

Andrea da Silva Rorua  
Sandra Gomes, Anderson Antonio Rocha da Silva, etc.  
a h, Jun 10 de 1°